

gráficos. Não obsta isto a que estejamos perante um trabalho sério e muitíssimo útil para o estudo deste período tão relevante na História das letras hispânicas.

ANDRÉ SIMÕES  
Centro de Estudos Clássicos  
da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
asimoes@campus.ul.pt

JOÃO DE SÃO TOMÁS, *Os dons do Espírito Santo*. Tradução do original latino de António Ferreira Rodrigues e Arnaldo do Espírito Santo, antefácio de Arnaldo do Espírito Santo, introdução de Joaquim Domingues e Manuel Cândido Pimentel, Lisboa, Edições Paulinas, 2019. 406 pp. ISBN 978-989-673-719-1

*De donis Spiritus Sancti* é uma parte do *Cursus Theologicus* de João de São Tomás, dominicano português do século XVII, cuja obra foi durante muito tempo ignorada em Portugal. De facto, como, relembra um dos autores da introdução, esse pensador português não teve em Portugal atenção comparável à que recebeu nomeadamente em França, Estados Unidos e Espanha, salvaguardando, contudo, o trabalho de Herculano de Carvalho (que lhe dedicou dois capítulos da sua *Teoria da Linguagem*) bem como duas traduções: a primeira, parcial, da *Explicação da Doutrina Cristã* (original em espanhol traduzido por António do Rosário e Rui Carlos); a segunda, o *Tratado dos Signos* traduzido por Anabela Gradim.

A presente tradução foi iniciada por António Ferreira Rodrigues cuja mão de tradutor lhe pendia mais para o trabalho do texto bíblico, como o comprovam as versões dos livros de *Josué*, *Juízes* e *I Reis* na Bíblia da Difusora Bíblica. Malgradamente não pôde Ferreira Rodrigues levar a termo e rever o seu trabalho de tradução deste tratado. Arnaldo do Espírito Santo aceitou, em boa hora, a tarefa de completar o que faltava e dar a forma final ao texto português. Assim o texto do filósofo e teólogo setecentista encontrou um intérprete habituado às complexas arquitecturas discursivas que caracterizam a forma de pensar desta época, ou não estivéssemos perante um profundo conhecedor de Vieira ou de Luís de Molina. O leitor interessado encontrará, no antefácio, a explicitação de algumas das opções de Arnaldo do Espírito Santo na revisão da parte que Ferreira Rodrigues deixara em esboço.

O texto de João de São Tomás é um comentário desenvolvido à questão 68 da Ia Iae da *Summa* de Tomás de Aquino, ou seja, uma das questões que integram o chamado tratado das virtudes.

A obra do pensador português está dividida em nove capítulos: o primeiro sobre os dons na Escritura; o segundo sobre a distinção entre dons e virtudes; o terceiro sobre o dom do entendimento; o quarto sobre o dom da sapiência e da ciência; o quinto sobre o dom do conselho; o sexto sobre os dons da piedade da fortaleza e do temor; o sétimo sobre o número dos dons; o oitavo sobre as propriedades dos dons; o nono sobre os actos e efeitos dos dons.

Três características devem ser sublinhadas nesta obra. Em primeiro lugar, assinala-se a rigorosa articulação entre o dado antropológico e o dado teológico, patente, nomeadamente, na distinção entre, por um lado, dons respeitantes à razão (quer prática especulativa, quer prática) e, por outro, dons respeitantes à parte apetitiva – uma distinção que constitui uma trave-mestra de toda a obra. Em segundo lugar, e no que toca ao estilo do autor, note-se o gosto pelas imagens que talvez surpreenda os leitores no seu contacto com um autor da neoescolástica e com uma obra de carácter especulativo. Nesta vertente, cumpre assinalar o primeiro dos vários méritos da tradução que faz plena justiça ao original. Veja-se, logo nas páginas iniciais, o passo em que o autor, para ilustrar o

seu pensamento sobre a vulnerabilidade humana (mesmo dos mais espirituais) ao espírito diabólico constrói uma longa alegoria que se espalha por quase uma página e que se torna deliciosa de ler na tradução de que cito apenas a parte final: “deste modo, por acção dos dons do Espírito Santo com que se exornam os céus, é arrancada a serpente tortuosa, enquanto se manifestam e são descobertas as suas astúcias, mesmo que se nos apresentem com aparência de realidades espirituais, contorcendo-se e ocultando-se e enroscando-se como que numa espécie de volutas” (cf. 1.16, p. 49). Mesmo sem o recurso a imagens, a linguagem de João de São Tomás é bastante expressiva, como se pode ver no capítulo sobre o dom da sapiência e da ciência em que, ao refutar a possibilidade de existirem tais dons mesmo na ausência de caridade, o teólogo dominicano argumenta que, nessa situação, o que existe são pensamentos sem entendimento que a tradução verte, com precisão e vivacidade, como “pensamentos animalescos” (*brutales cogitationes*, 4.32, p. 219) – o que o contexto valida, pois o autor confirma a sua posição com o salmo 31 que compara o insensato ao cavalo e ao jumento.

Em segundo lugar, e no que toca às fontes utilizadas, há que referir algumas particularidades menos óbvias para leitores desabituaados a este tipo de tratadística. Antes de mais, a obra assinala-se pela importância da Escritura na argumentação. De facto, as citações do texto bíblico não são um apoio pontual na argumentação do autor ou uma mera autoridade aduzida sem olhar ao contexto; pelo contrário, são muito frequentemente o ápice da argumentação. Além disso, é frequente vermos João de São Tomás citar segmentos do texto bíblico com o devido respeito pela sua natureza literária ou até citações em que, do próprio contexto narrativo, extrai elementos para a sua argumentação. Aliás, a referência à indistinção em hebraico entre piedade e temor, se bem que preterida, é prova da seriedade com que João de São Tomás encara o texto bíblico (cf. 6.2, pp. 276 e ss.).

Em terceiro lugar, importa notar o frequente recurso a autores da Patrística e a alguns autores medievais, com Bernardo de Claraval em primeiríssimo lugar, o que talvez surpreenda em uma obra de teologia especulativa. Efectivamente, deste último João de São Tomás cita frequentemente o comentário ao Cântico dos Cânticos, o que se explica quer pela afinidade da matéria quer pela afinidade do autor com o místico medieval. Se fosse necessária uma prova dessa afinidade com o universo místico, aí estaria a linguagem de João de São Tomás a atestá-lo: quando pretende explicar os efeitos da acção divina no ser humano recorre, por duas vezes, ao binómio “conaturalidade e inviscação” que a tradução verte de forma fiel e igualmente expressiva (cf. 2.13, p. 64 e 5.10, p. 256).

A estrutura destes textos segue a estrutura da *quaestio* medieval com uma questão seguida de argumentos em um sentido, um corpo que estabelece uma posição em sentido diverso seguida de respostas aos argumentos anteriormente elencados. Nesta tradução essa estrutura assume quase a forma de um diálogo com um interlocutor imaginário. Vejam-se, a este respeito, os seguintes exemplos: *sed dices* / alguém poderá objetar (p. 296); *dices* / dir-se-á (p. 295); *quod si dicatur* / talvez alguém diga (p. 114).

A esse mérito da tradução, some-se ainda este: o estilo aparentemente impessoal deste género de textos é vertido por verbos e expressões que fazem emergir a personalidade do autor. Considerem-se, a esse respeito, os seguintes exemplos: *ad probationem dicitur* / Como prova diremos que (cf. 6.23, p. 296); *respondeo ergo et dico* / a minha resposta é a seguinte (cf. 6.29, p. 302).

Sublinhe-se, por último, a legibilidade da tradução que tanto mais deve ser posta em relevo quanto é facto que estamos perante um texto latino de enorme complexidade quer pelos conceitos envolvidos quer pela arquitectura da frase. A mancha gráfica também contribui para essa legibilidade do texto e do raciocínio do autor – trabalho que devemos, novamente, ao tradutor. De facto, as sucessivas inflexões de um argumento são postas em relevo quer pela pontuação (sobretudo com recurso a parágrafos) quer pelo uso do negrito ou itálico para assinalar o início de objecções ou dos vários argumentos que se inserem em uma mesma linha, quer ainda pelo uso de maiúsculas no início das objecções ou de alguns apartados. Todas estas opções tornam o texto menos compacto e mais articulado.

Pela importância do autor e da obra, pelos méritos da tradução, é de saudar a publicação deste tratado, inédito em língua portuguesa, que interessará a estudiosos de filosofia, teologia, história da espiritualidade e até a historiadores do século XVII, tantos mais se pensarmos como a própria biografia do autor se cruza com as linhas da história da Península Ibérica.

ARMANDO SENRA MARTINS  
 Centro de Estudos Clássicos  
 da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa /  
 Universidade de Évora  
 adsm@uevora.pt

FLORENCIA CUADRA GARCÍA, *La ortografía latina en la Baja Edad Media: estudio y edición crítica*, Madrid, C.S.I.C., 2018. 398 pp. ISBN 978-84-00-10365-1

Florencia Cuadra García faz a edição (estudo, transcrição e notas) de dois manuscritos com obras dos séculos XII-XIII sobre ortografia latina, na segunda parte – e componente principal – deste livro (pp. 141-295). No primeiro encontra-se a obra *De Orthographia* de Parisius de Altedo (1297). O segundo, anónimo, é uma compilação de vários textos undecentistas e ducentistas sobre o mesmo tema. Ainda nessa segunda parte, depois de publicados os dois manuscritos, a A. procede ao estudo comparativo de ambos, cotejando o respectivo texto com a *Grammatica* de Prisciano (pp. 297-325). Essa edição é precedida de uma metódica exposição introdutória, dividida em três secções (pp. 23-139), onde se apresenta o tema nas suas variadas componentes, bem como os protagonistas que sobre ele escreveram desde os tempos clássicos, facilitando-nos assim a sua compreensão no tempo longo.

Na primeira destas três secções, “La gramática latina” (pp. 23-44), Cuadra percorre a “genealogia” da disciplina, fundada em Prisciano, Marciano Capela e Isidoro de Sevilha e estruturada no *Trivium* durante o período carolíngio, conduzindo-a até ao século XII e aos nomes eminentes de Hugo de São Vítor, Pedro Helias e Hugutio Pisanus. No século XII, os estudos superiores de gramática latina, voltados para a teologia e a formação de sacerdotes e clérigos, em especial para a actividade pastoral e a pregação, centraram-se na recém-criada Universidade de Paris, ressaltando a A. que parte do legado da Antiguidade, em especial o acervo aristotélico, circulou até França através da Península Hispânica. Já a gramática latina aplicada à composição de documentos oficiais teve por coração Bolonha, berço da técnica de escrituração de documentos oficiais e jurídicos (*ars dictaminis*). Do acervo estudado, a A. extrai as principais matérias gramaticais estudadas, i.e. letra, sílaba, palavra (*dictio*) e frase (*oratio*). Numa das sistematizações recolhidas, a disciplina aparece sugestivamente dividida em duas grandes partes: a ortografia, que ensina a escrever e falar correctamente, e a sintaxe (*diasentistica*), que trata da natureza das palavras e das construções.

Em “La ortografía latina” (pp. 45-72), Cuadra trata do primeiro dos dois blocos em que se encontrava dividida a gramática latina. Nas pp. 64-65 fornece dois mapas: um com o elenco das definições de Ortografia por si encontradas e outro com as diferentes maneiras de dividir a Ortografia identificadas nas fontes estudadas. Ortografia como “a ciência de escrever correctamente” será talvez a mais simples e concisa dessas definições – e aquela que enquadra todas as restantes. Quanto às divisões da disciplina, é interessante registar que as mais antigas ainda referem a “vox” (Prisciano e Papias), mantendo a disciplina vinculada à oralidade (*vox, littera, syllaba*). As restantes, posteriores ao século XII, cada vez mais complexas e elaboradas, só se referem aos sons em função da sua transposição (*transmutatione*) para o escrito. Ainda assim, a autora permite preservar essa vinculação ao